



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 08/08/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Bom dia a todos. Sou o Vereador Gilson Barreto, Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo.

Declaro abertos os trabalhos da 11ª audiência pública ao PL 272/2015, que disciplina o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo, também chamada de Lei do Zoneamento, que vai definir as atividades que podem ser instaladas nos diferentes locais da Cidade.

Esclareço que esse projeto foi encaminhado pelo Sr. Prefeito da Cidade de São Paulo em cumprimento ao artigo 368 do Plano Diretor Estratégico, Lei 16.050, encontrando-se em tramitação na Câmara Municipal.

Esta audiência tratará da região Freguesia do Ó/Brasilândia.

—
– Apresentação da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Passemos ao debate. Tem a palavra o Sr. Ailton Barros de Oliveira, representando os moradores de Itaberaba.

O SR. AILTON BARROS DE OLIVEIRA – Bom dia. Primeiramente, queria cumprimentar as autoridades da mesa, em nome dos Srs. Gilson Barreto, Presidente; e Paulo Frange, relator. Queria cumprimentar também aqui todos os amigos presentes. Eu queria falar rapidamente sobre a importância da discussão que nós estamos fazendo aqui hoje. Quando eu estava vindo para cá, estava me lembrando de uma passagem do Sr. Jorge Wilhelm, velho arquiteto, emérito professor e ex-Secretário Municipal do Planejamento da Cidade de São Paulo, quando levantava uma determinada provocação, dizendo: “Se, no futuro, seria possível a gente criar, na Cidade de São Paulo, uma cidade ideal, protegida do caos do trânsito, onde seria possível a gente ir a pé ao trabalho e voltar para almoçar em casa todos os dias.” Muito

interessante. Infelizmente, o professor não está mais vivo, faleceu no ano passado; e fiquei imaginando o seguinte: “Eu acho que nós estamos caminhando para isso”. O Plano Diretor de 2002 introduziu duas vertentes, dois eixos principais que caminham nessa direção. O primeiro foi a introdução das zonas mistas, que possibilita o uso compartilhado e os usos residenciais e não residenciais. Isso abriu brecha para a gente discutir o desenvolvimento da Cidade, a partir do planejamento territorial dos centros e periferia. Então, essa foi uma questão importante. Outra segunda questão, que caminha também nessa direção, foi a aplicação dos dispositivos legais no Estatuto da Cidade, principalmente com a aplicação da função social e da propriedade urbana, em 2002.

Agora, no Plano Diretor Estratégico, que foi aprovado, no ano passado, em 2014, dois novos pontos foram também aprovados, que caminham também nessa direção, que são as ZEIS, Zonas Especiais de Interesse Social, que garantem a moradia popular para a população de baixa renda. O outro segundo ponto é a flexibilização dos usos das vias estruturais. Aqui na nossa região, nós temos a Inajar de Souza, a João Paulo I, a Petrônio Portella, a Fuad Lutfalla e as vias coletoras. Há a Avenida Itaberaba, Elísio Teixeira Leite, Estrada do Sabão, Estrada Lázaro Amâncio de Barros e Richard Spotel. Se for permitir a introdução das atividades de serviços e comércios, vão favorecer a introdução nesse sentido.

Eu finalizo dizendo que o velho sonho do velho professor e arquiteto Jorge Wilhelm, começa a se direcionar. Eu acho que, num futuro próximo, nós vamos sim poder realmente, descentralizando o desenvolvimento para as regiões, ir a pé ao trabalho e voltar para almoçar em casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Paulo Caim, do Parque Itaguaçu, da Cantareira.

É assim mesmo, do Parque Itaguaçu, da Cantareira. Por favor, Paulo.

O SR. PAULO CAIM – Bom dia, Vereadores, bom dia a todos os presentes aqui hoje. Eu sou o Paulo Caim e represento a Associação Parque Itaguaçu da Cantareira em Defesa do Verde e do Meio Ambiente. Gostaria de falar de alguma coisa no sentido da preservação ambiental, mas antes disso, Vereador, o Plano Diretor e a Lei do Zoneamento estão na proporcionalidade equivalente para a Cidade do que é o nosso pulmão e o nosso coração. Então, é importante que cuidemos das duas coisas. Cardiologia, meio ambiente, pulmão. E a nossa Cidade precisa se defender porque, se defendemos a Cantareira, defendemos toda a Cidade. Vou falar especificamente, porque o tempo é curto, sobre o Parque Itaguaçu da Cantareira. Hoje o Parque Itaguaçu é colocado no zoneamento atual como zona residencial com proteção ambiental. A proposta apresentada da nova lei do zoneamento não deverá transformar isso que é preservação ambiental numa zona mista porque vai impactar muito a região, pois fazemos divisa lindeira com o Parque Estadual da Cantareira.

Se deixarmos transformar o Parque Itaguaçu numa zona mista, vamos impactar muito frontalmente a preservação ambiental e hoje, num momento tão crítico da nossa necessidade hídrica, da falta de água, a falta de verde, se nós continuarmos levando o impacto de zoneamento para ocupação de áreas para moradia ou até para ocupação de prédios e grandes empreendimentos nós vamos impactar muito a Cidade.

Vereadores, prestem muito a atenção nisso, por favor, olhem com mais carinho a Cantareira, zona mista, lá, não pode. Conseguimos, com o avanço das plenárias, mudar de zona mista para zona mista ambiental. É um avanço, mas é pouco. Na verdade nem devia ser loteamento, foi uma ocupação de loteamento que, se tivesse um olhar mais crítico há uns dez anos atrás, nem loteamento deveria ser, mas passou, foi regularizado, perfeito, nós moramos lá, os moradores estão lá, mas todos que moram lá vão para preservar. Eu acho que é um pouco que a gente pode fazer. Quero dizer a vocês que nós vamos lutar para que o Parque Itaguaçu ajude a preservar a Cantareira. Vamos fazer essa mudança porque é boa para a

Cidade.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado pela contribuição. Tem a palavra o Sr. Leandro Silva Batista, do Conselho Participativo.

O SR. LEANDRO SILVA BATISTA – Bom dia a todos. Faço parte do Conselho Participativo da Freguesia do Ó e Brasilândia, agradeço também a participação do Cleber e estou aqui representando a Rede Paulista de Educação Patrimonial e a Rede Paulista de Museologia Social. O que sinto falta nessa proposta de zoneamento foi que simplesmente a Zepec foi ignorada no nosso território. Aos que não sabem, no entorno do Largo da Matriz, o seu chamado povoamento original, é uma área tombada por uma resolução municipal do Compresp, a 46/92 e o que está sendo proposto, falando de verticalização que vai atrair desenvolvimento, nós sabemos que isso não atrai. As pessoas que militam e que lidam com os movimentos de moradia sabem muito bem a quem interessa e atrai todo esse processo e verticalização, então, aquela parte baixa da Rua da Balsa, onde está sendo proposta a ZMp poderia ser pensado em contrapartida talvez uma área de zona mista, que não ia impedir um desenvolvimento econômico da região, mas não cobriria um grande ícone e referência da região, que é a Igreja Nossa Senhora do Ó. Quem passa pela Marginal Tietê, muitas vezes, sobe a praça para visitar, participa do comércio, traz dinheiro para a região, traz visita, gera emprego e desenvolvimento. Basta olharmos para as cidades da Grande São Paulo, como Embu das Artes que seu Centro Histórico preservado, atrai pessoas de várias partes do Estado de São Paulo e desenvolve aquela região, sem comprometer o seu patrimônio. Gostaria que isso fosse observado com muito carinho, porque a ZEM, ao contrário da ZEPEC, não permite uma legislação específica para ampliar essa área de proteção. Por mais que digamos que pode haver uma conversa, um diálogo, a ZEM não é característica, ela não é orgânica nesse sentido.

Por fim, quero fazer um manifesto que falamos da Freguesia, é importante falar, faço parte da Igreja Episcopal Brasilândia, sou da Santa Cruz de Itaberaba, e senti falta de explanação e aprofundamento, sobre a Brasilândia, que novamente foi ignorada, como é ignorada muitas vezes, nas questões políticas em todos os entes da Federação. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra o Sr. Antonio Carlos de Oliveira.

O SR. ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Primeiro, achamos que na Lei deveria ter uma mudança, e a mudança seria definir quais as prioridades do Município. A prioridade 1, sabemos que é o ciclista; prioridade 2, motociclista; prioridade 3, talvez seja o transporte coletivo; prioridade 4, seria o idoso com deficiência, o idoso, a pessoa com deficiência e o pedestre. Porque digo isso? Por exemplo, nas faixas para ciclista, na Fuad Lutfalla e na Petrônio Portela, intercepta a faixa de pedestre. Tínhamos uma ilha que era uma zona de conforto, agora não temos mais essa zona de conforto, tem uma ciclovia, na faixa de ciclista e ela intercepta a faixa de pedestre, ou seja, quando chegamos ali, se não der tempo de atravessar toda, a gente fica: coloca os dedões, e a barriga voltada para a faixa de ciclista, a bunda e o calcanhar virado para via. Lógico que aquele que tiver andador frontal, aquele que tiver cadeira e aquele que tiver carrinho de bebê, coloca na cabeça e fica segurando até que o farol abra novamente. Tem de mudar isso com alguma urgência. Comércio versus faixa. Faixa junto à calçada. Não é usual. Não deu certo em lugar algum. Porque que o EIV-RIV é exigido só para empreendimento? Deveria ser também para algumas ações ou atividades, ou ato que impactem no local. Por exemplo, isso que foi feito aqui na João Paulo, com trezentos metros pegava a Javoraú, agora a gente anda um quilômetro para poder pegar a Javoraú, ou seja, aumentou setecentos metros.

Os pontos de ônibus não tratam de pedestre em lugar nenhum, para pedestre que

usa ônibus também não. Agora, a nova proposta do Município determina que para cada três pontos se transformem em dois, concluindo que de trezentos passam para 450 metros. E a gente que se vire para andar mais essa distância.

Muito agradecido. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Eu que agradeço.

Próximo inscrito o Sr. Neimar Almeida Ortiz, (Palmas) em seguida Sr. Aílton Barros de Oliveira.

O SR. NEIMAR ALMEIDA ORTIZ – Bom dia a todos, meu nome é Neimar Ortiz, sou advogado, moro na região da Brasilândia há 42 anos. Quero cumprimentar o Sr. Presidente, Vereador Gilson Barreto, o Vereador Paulo Frange, relator desta Lei, e o Subprefeito Alexandre Moratori.

Para mim é motivo de muita alegria estar aqui nesta manhã e observar que a região da Vila Brasilândia e da Freguesia do Ó está presente para discutir uma situação muito importante para o bairro. Isso beneficia diretamente toda essa região, Brasilândia e Freguesia precisam de algumas modificações. O que está acontecendo aqui é um momento histórico para todos nós, que é a revisão da Lei de Zoneamento.

Vejamos: na nossa região é necessária a construção de ZEIS, principalmente para habitação, tendo em vista que, no dia a dia, nós verificamos que ocorrem invasões na região, porque as pessoas não têm moradia, com isso alguns terrenos públicos são invadidos e ficamos tristes quando ocorre a reintegração de posse, porque essas pessoas não têm aonde levar suas famílias para ter uma moradia digna. Mas com a criação das ZEISs na região toda essa sociedade será beneficiada.

Essa é a minha alegria, Vereador Paulo Frange, o senhor como Vereador e relator, com muita ousadia tem pedido em suas ações que sejam estendidas às ZEISs para bairros

nobres. Quando isso acontece, como por exemplo na Vila Leopoldina, V.Exa. é criticado, porque tem interesse em beneficiar pessoas que necessitam dessas moradias, assim como na Vila Brasilândia e em toda Cidade de São Paulo.

É necessário ter um carinho especial com as pessoas que não têm moradia, porque é muito importante que sejam beneficiadas com as ZEISs na região.

Quero lembrar que, através dessas ZEISs, virá também o desenvolvimento econômico com a chegada do Hospital de Vila Brasilândia. Isso também é fato histórico, pois há mais de quinze anos o senhor tem buscado esse benefício para a região. Hoje é realidade, teremos desenvolvimento econômico com a chegada do Hospital de Vila Brasilândia, isso acontece porque um Vereador tem trabalhado com a ajuda de outros Vereadores para beneficiar toda nossa região.

Agradeço esta oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Próxima oradora a Sra. Mônica Emília Montezano.

A SRA. MÔNICA EMÍLIA MONTEZANO – Bom dia, Exmo. Sr. Subprefeito, Srs. Vereadores. Obrigada pela oportunidade. Estou aqui representando alguns proprietários de imóveis da Avenida João Paulo I. Verifico no mapa que essa avenida já é um corredor comercial onde existem vários imóveis comerciais, no entanto, a quatro quadras dela, a região se tornou Zona Estritamente Residencial. Lá, há mais de trinta anos, existem imóveis comerciais. Causa muita estranheza que, a quatro quadras da Avenida João Paulo, ela se transforme em Zona Estritamente Residencial, sendo que lá já existe comércio há mais de trinta anos. Depois dessas quatro quadras a avenida continua sendo corredor comercial, como Zona de Desenvolvimento Econômico.

Gostaria que os Vereadores e o Subprefeito atentassem com carinho a essa

questão, porque essa mudança para Zona Estritamente Residencial vai prejudicar muitos proprietários já estabelecidos e comércios funcionando há mais de trinta anos. Isso fica complicado.

Obrigada. Era isso que queria colocar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Doutora. Com a palavra o Sr. Ricardo Pimentel Mendes, da Sociedade Amigos de Bairro. Em seguida, o Sr. Almir Santos de Matos.

O SR. RICARDO PIMENTEL MENDES – Represento a Sociedade Amigos do Parque Itaguaçu da Cantareira, sobre o qual já falou o Sr. Paulo Caim.

O Parque Itaguaçu da Cantareira é um loteamento aprovado na Cidade de São Paulo, com 727 mil m², dos quais 128 mil m² são de áreas verdes, doados à Prefeitura e nas suas áreas institucionais foram implantadas uma EMEI, uma EMEF e uma oficina cultural. Hoje ele é caracterizado como uma Zona Mista Ambiental e já possui restrições atuais de construção, ou seja, permeabilidade de 30%, gabarito de 15m e construção de até uma vez a área e unidades multifamiliares, entre outras.

Representa um ponto de equilíbrio entre a manutenção de suas características urbanísticas e ambientais, os interesses imobiliários e os interesses de proprietários de residência de alto padrão permitindo a convivência e usufruto da infraestrutura existente por um grupo amplo de moradores que venham a contribuir para a manutenção das áreas verdes de convivência e a infraestrutura do loteamento, que possui água encanada e esgoto, vias implantadas, asfaltadas e que foi assumido por essa sociedade através de um Termo de Direito Real de Uso assinado com a Prefeitura. Inclusive esse loteamento tem o Termo de Verificação e Entrega de Obras.

A nossa solicitação é que ele seja mantido com as suas atuais características sem

que possam ser adensadas essas áreas.

Era apenas isso.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Sr. Ricardo. Com a palavra o Sr. Almir Santos de Matos.

O SR. ALMIR SANTOS DE MATOS – Bom dia, Freguesia do Ó e Brasilândia e Vereadores. A minha fala é simples. É tanta coisa para pedir para o nosso bairro que eu resolvi pedir uma só para ver se sai. Já tive uma conversa prévia com o Vereador Paulo Frange, já é um pedido antigo do nosso povo da região da Brasilândia e quero me congratular com a fala do Leandro, que falou que não viu detalhes da área da região da Brasilândia. Eu repito suas palavras, e o que nós estamos pedindo é, não sei se é a palavra correta técnica seja essa, a desafetação de uma área do quadrante AJ8 do grande mapa que está proposta para que seja uma área de Zepam, lá no alto da Brasilândia, ali perto do Jardim Paraná e Jardim Damasceno. Existe um processo que, se ficar Zepam, o Vereador já me acalmou com isso, ainda assim dá para construir equipamentos sociais na região. Então, isso me acalmou e a gente fica mais feliz ainda porque a gente não quer perder a área verde, mas ficar devendo para o povo ações sociais como de atendimento à Saúde eu acho que é um pouquinho pior do que manter algumas áreas como o verde.

O que eu peço são três mil metros de área ali na esquina da Daniel Serri com a Rua Domingos Arevalo, que é uma área que foi indicada pela população do Jardim Damasceno e entorno para que seja feita uma unidade de saúde, uma UBS integral e, se aquela área do triângulo, quem puder olhar depois no quadro é no quadro AJ8, se naquela área daquele triângulo for mantida a área verde, o meu medo, por grande carência de habitação na região, é que aquela área sofra invasões ilegais. Isso me assusta muito. Então, naquela área cabem

muito mais equipamentos sociais do que vocês possam imaginar. Então, a população se manifestando, tudo pode mudar.

Além do mais, peço no bojo do meu pedido, que seja feita a duplicação da Avenida Daniel Serri, saindo lá debaixo do Parque do Canivete, até o Céu Paz, para que a gente possa ter uma mobilidade muito maior naquela região e, se não for possível isso, construa-se uma nova via.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Elzo Gama da Silva, da Associação de Moradia Zona Oeste e Noroeste.

O SR. ELZO GAMA DA SILVA – Bom dia a todos. Estou aqui representando a Associação de Moradia da Zona Oeste e Noroeste da Cidade de São Paulo. Sou conselheiro participativo da Prefeitura Freguesia/Brasilândia. Para vocês terem uma ideia, a gente está mesmo aqui para a luta das áreas de ZEIS então eu queria saber quem daqui é da Associação de Moradia da Zona Oeste. Levantem a mão. (Pausa). Eu trabalho com esse povo aqui na região só que a gente luta por moradia com qualidade de vida. Vemos que a área da Freguesia/Brasilândia cresceu muito, mas desorganizadamente. Lutamos por moradia com qualidade de vida. E a gente vê que a área da Freguesia/Brasilândia, principalmente a Brasilândia, cresceu muito, mas desorganizadamente. Há quanto tempo vocês não veem uma faixa de inauguração de alguma obra de interesse social aqui na nossa região? Há muito tempo que ninguém faz alguma coisa para tirar esse pessoal da área de risco, enfim, construir moradia com qualidade de vida. Então estamos aqui mais pedindo isso.

Tem essas áreas de ZEIS, e nós indicamos vários terrenos para moradias populares. A senhora, inclusive, falou de uma área na João Paulo, que o pessoal de uma classe mais alta não quer pobre morando mais próximo. Então tem uma área aqui na Avenida João Paulo, um terreno muito grande que já indicamos no Plano Diretor para ser área de ZEIS. É uma área particular. Então indicamos essa área para que fosse desapropriada para moradia

popular. É difícil, mas estamos tentando. Então estamos mais para pedir aos Vereadores, ao Subprefeito. É um terreno na Avenida João Paulo, quase chegando ao cruzamento da Itaberaba, e indicamos no Plano Diretor.

Então, pessoal, a gente queria muito que os Vereadores e o pessoal da Comissão vissem essas áreas de ZEIS, porque, criar área de ZEIS e não colocar em prática, não vai adiantar nada. O pessoal vai continuar ocupando, e vai acontecer o mesmo que acontece na Brasilândia.

Estamos aqui para defender a moradia popular para pessoas de baixa renda. As pessoas ocupam os terrenos porque não têm condições de pagar aluguel e nem de comprar moradia particular.

Tem uma área no Morro Grande, em fase de concessão, que nós queríamos indicar para parque. Tem dois endereços: aqui na José Ortiz de Camargo e na Raimundo da Cunha Matos. A gente queria indicar esses dois terrenos para que seja feito um parque no Morro Grande.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Quero registrar a presença de Nicolau Helito, presidente da Associação Comercial da Lapa e Região.

Tem a palavra a Sra. Leonor Galdino da Silva, da Associação dos Trabalhadores Sem Terra Zona Oeste.

A SRA. LEONOR GALDINO DA SILVA – Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa, o Paulo. Prazer em revê-lo na nossa região. Falo em nome da Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste.

A colega fez uma menção à questão da zona estrutural, que teve um companheiro do Conselho Participativo que também citou essa área. Nós, da Associação, defendemos que

seja criada uma zona mista, porque aí dará a possibilidade de incentivar o comércio, a moradia e o meio ambiente. É aqui na região da Freguesia do Ó, próximo da Marginal Tietê, onde está situada a nossa DRE.

A Brasilândia, com quase quatrocentos mil moradores, ficou de fora do zoneamento. Então o colega veio aqui, citou algumas áreas. E eu também queria colocar mais duas: na rua Cândida Franco Barros, uma área na Freguesia do Ó, quase perto da Casa Verde, que também é uma área muito grande que temos interesse que seja transformado em ZEIS, para fins de moradia; e a outra é a rua João Delgado.

Vou aproveitar meu tempo para colocar mais duas questões importantes para a região da Brasilândia.

Vejo aqui o companheiro Cícero, que luta há muito tempo na região do Morro Grande – para ser mais precisa, na rua Raimundo da Cunha Matos com a rua José Ortiz de Camargo –, para que nessa área seja feito um polo cultural. Além disso, também propomos que sejam demarcadas ZEIS.

Outro companheiro também pediu para que, na região da Terezinha, fosse feita a ampliação das ruas Parapuã, Lázaro Amâncio de Barros e Rio das Pedras, para que possamos transitar melhor, e para que também incentive o comércio, com o fluxo melhor nas ruas.

Somos da Associação dos Sem Terra da Zona Oeste, que luta há 28 anos por moradia na Cidade de São Paulo. A Cidade tem um déficit habitacional de mais de trezentas mil casas. Ou seja, quer dizer que tem mais de trezentas mil pessoas que não têm casa para morar. E a gente se espanta, que a gente vem fazendo a luta para que essas áreas sejam demarcadas como ZEIS, para construir habitação para pessoas de baixa renda, e a gente vem aqui ver colegas que também são pobres e que vêm defender o comércio. A gente não pode admitir isso. O Presidente Lula, junto com a Presidenta Dilma, incentivou o *Minha Casa Minha Vida*, e a gente não pode perder de vista esse projeto que visa beneficiar habitantes de baixa renda.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Para compor a Mesa, convido o nobre Vereador Claudinho de Souza.

Tem a palavra o Sr. Eugênio Luis Pinesi, da Associação de Moradores Damasceno Já!

O SR. EUGÊNIO LUIS PINESE – Bom dia a todos os presentes, à Mesa, ao nobre Relator, ao Subprefeito Alexandre, ao Vereador Claudinho, ao Presidente da Mesa e à companheira.

Sou o Eugênio Luis Pinese, presidente da Associação de Moradores Damasceno, na Brasilândia, e também sou conselheiro de meio ambiente da região da Freguesia do Ó/Brasilândia.

Venho defender, fazendo eco à fala do Sr. Almir Santos Matos, uma área na região do Jardim Damasceno, para uso de interesse social, ZEIS – Zona Especial de Interesse Social. É uma área no quadrante AJ-08 do mapa principal da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Essa área é muito importante para nós, estamos requerendo – depois de minucioso trabalho e avaliação – área de três mil metros quadrados, como a área é muito maior não vai fazer falta, e servirá para moradia e meio ambiente.

Então, essa área será aproveitada também para construção de posto de saúde, e já entrou na dotação municipal duas vezes, mas não está sendo construído por falta de espaço, e a obra é importante para nós.

Quero agradecer a presença de todos, cumprimento mais uma vez a Mesa, obrigado. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra Gilda Pimentel Mendes, da

Sociedade Parque Itaguaçu da Cantareira.

A SRA. GILDA PIMENTEL MENDES – Bom dia. Venho falar sobre a Zepam junto ao Córrego Itaguaçu, porque incluiu lotes com matrículas regularizadas, contribuintes e IPTU.

Então na hora, acredito, em que se fez o mapa, expandiu até a Avenida Arquiteto Roberto Aflalo a Zepam, incluindo três lotes em que pode ser construído HMP. Seria mais um problema gráfico, mas como são os mapas que regulam o zoneamento, queria – se possível – que isso fosse verificado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Luiz Brasília, morador da Vila Brasilândia.

O SR. LUIZ BRASÍLIA – Bom dia. Parabenizo a Mesa.

Primeiramente quero dizer que a Subprefeitura é Freguesia/Brasilândia, e a gente nota, dá uma leve impressão que a Lei de Zoneamento se divide em duas partes. Uma parte da elite, que vem até o Metrô; e a parte do fundo, a nossa Vila Brasilândia parece que, mais uma vez, está sendo esquecida.

Nós, moradores da Brasilândia – no meu caso, eu nasci lá, moro lá, amo aquele bairro e vou amar sempre, vou morrer lá – levávamos antigamente 45 minutos, e o Claudinho morador de lá sabe disso, para ir do Guarani ao Correio. Hoje, Claudinho, levamos duas horas e, muitas vezes, duas horas e meia para ir até o Correio.

A gente nota que na Lei de Zoneamento não há preocupação com as vias de fundo. Fique num sábado ali na Rua Parapuã e veja como é o trânsito. Notamos que vem vindo Metrô, do lado de cá; e Rodoanel, do lado de lá. Todo mundo sabe que o gargalo do Rodoanel vai ser aqui em cima, vindo de Taipas para a Vila Brasilândia. Em momento algum a Lei de Zoneamento tem preocupação com a locomoção do pessoal da Vila Brasilândia. Como é que

vamos fazer para sair do bairro? Notamos que há preocupação com as torres, com os prédios de alto padrão, com a área valorizada. Se você olhar para o Jardim Paraná, Guarani e Terezinha, sabemos que são áreas esquecidas. Sim, tudo bem, vem vindo um hospital para a Vila Brasilândia, o Metrô, mas em momento algum está colocada a preocupação com o sair e retornar ao bairro. Porque o morador chega ao trabalho cansado, chega em casa cansado na volta do trabalho. Estamos num bairro em que não há nada, nosso bairro não tem nada. Não chega nada em nosso bairro, como grandes obras sociais. Então a Lei de Zoneamento tinha de ter mais preocupação, tudo bem, o Metrô está vindo, agora e as vias de fundo? Como vamos fazer para entrar e sair do bairro? Vamos entrar de helicóptero e sair de helicóptero? Essa preocupação nós temos de ter.

Outra coisa, estamos envelhecendo e nada é feito para o futuro, estamos envelhecendo.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra Cícero Alexandre dos Santos, do Movimento Morro Grande Pró Cultura.

O SR. CÍCERO ALEXANDRE DOS SANTOS – Gente, quero agradecer a Mesa e também as pessoas que falaram do Morro Grande.

Todo mundo está preocupado, mas o Metrô vai para a Brasilândia? O PAC está na Pedreira, no antigo Morro Grande. E o meio ambiente está saindo de lá, e podem contar que tem uma parte da área, pequena, que vai virar PAC. O restante está sendo área habitacional, legal, trabalho com Habitação, estou dentro do procedimento, mas vamos cuidar um pouquinho do Verde, né? Na Brasilândia não há parque, as áreas verdes estão se acabando. Vamos pensar um pouquinho no meio ambiente e também na Terceira Idade.

Algumas pessoas da nossa região vão fazer caminhada na Avenida Edgar Facó, não tem outro local para fazer exercício. A Terceira Idade não tem espaço. Na Pedreira Morro Grande há espaço para fazer. Dá para fazer uma casa para idoso, dá para fazer pista de skate, um monte de coisas. Só que precisamos preservar um pouco o meio ambiente.

Obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Rui Primo, do Conselho Participativo.

O SR. RUI PRIMO – Bom dia a todos, a Mesa. Gente, tenho uma preocupação. Em outras audiências, em outros locais, ouvi dizer que algumas pessoas questionaram a questão da Moradia. Acho um absurdo. Sou conselheiro municipal, estou na área do Esporte, da Cultura do Meio Ambiente, mas defendo as moradias porque vim nos anos 1960 com a minha família, morava na Vila Penteadão. A gente não tinha casa para morar. A gente tem que defender a questão das moradias porque, como disseram aqui, há um grande déficit na Cidade de São Paulo. É importante pra São Paulo a questão das moradias. De outro lado, tem de haver equilíbrio.

Li alguns dados da Secretaria do Meio Ambiente que a nossa Freguesia do Ó, comparada com bairros da zona Leste, em termos de cobertura vegetal, é uma das piores de São Paulo. Temos de chegar em um ponto de equilíbrio: construir moradias e preservar o meio ambiente.

Fiz uma proposta para a Brasilândia. Na Brasilândia só se vê concreto, tem que ter um plano de arborização para lá, nos arredores, concluir o Parque da Brasilândia. Há também outra proposta, que é a construção de uma área de esporte do lado do Parque da Brasilândia. Como o amigo disse, o pessoal está vindo para cá para desenvolver Esporte. Então, temos de

ter uma área para isso lá no alto da Brasilândia. Isso é importante. Isso é qualidade de vida.

Portanto, temos de ter moradia, sim, temos de ter comércio, mas temos de ter qualidade de vida. Vamos adotar um ponto de equilíbrio nessa história.

Outra coisa. Já morei na Brasilândia e hoje estou na Freguesia. Defendo algum tipo de lei que preserve o Largo da Matriz e seus arredores. Há a questão da preservação dos prédios históricos. Enfim, facilitar o desenvolvimento da questão dos prédios históricos, porque há uma questão pendente que não facilita isso. Temos de pensar dessa forma, porque aqui é um centro de excelência, de convivência, vem gente de todo lugar. Outro dia, fiquei sabendo que veio gente da Capela do Socorro para se divertir no Largo da Freguesia. Mas também tem de haver um equilíbrio. Tem de haver uma lei que valorize o desenvolvimento da Freguesia.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Fábio Ivo Aureliano, da Associação Jardim das Pedras.

O SR. FÁBIO IVO AURELIANO – Bom dia a todos.

Meu nome é Fábio Ivo Aureliano, do Jardim Paulistano. Sou colaborador da Associação Jardim das Pedras e, atualmente, nos últimos sete anos e meio, sou Conselheiro Tutelar da Brasilândia.

Queria fazer alguns registros importantes.

Primeiro. Esse debate de moradia, todos sabemos o quanto é importante moradia, principalmente para quem mora em uma região como a nossa. Garantir moradia é garantir a convivência social, é garantir um meio ambiente equilibrado, é garantir os direitos fundamentais da família – principalmente das crianças e dos adolescentes. Sem moradia não há civilização.

Então, esse é um ponto que tem de estar sempre na ordem do dia: garantia de moradia para todos os cidadãos. Todos os seres, ao nascer, têm direito à moradia digna.

Segundo. Uma questão importante com a vinda do Rodoanel e, depois, com a chegada do Metrô em nossa região – Metrô Brasilândia –, é fundamental que se pense como a população de Taipas, população do alto do Jardim Paulistano, da Cohab de Taipas e da Vila Zatt chegará ao Metrô Brasilândia, pois o único acesso existente é pela Elísio Teixeira Leite, e sabemos que esta é uma via em que é proibida a circulação de transporte público. Portanto, geraremos um grande impasse, porque ninguém vai querer ficar duas horas dentro de um ônibus, sendo que há um Metrô há 10 minutos de sua casa, porém sem uma via de acesso.

Portanto, é fundamental que se tenha um plano para a Elísio Teixeira Leite, naquela descida que é bastante íngreme – por isso a proibição de transporte público. Deve haver uma alternativa de engenharia, porque se conseguimos, porque se conseguirmos descer daqui para Santos de ônibus, ou seja, é muito mais complexo do que descer um quilometro e meio de uma descida íngreme.

Pensando nisso vamos diretamente para a questão de meio ambiente conjuntamente com a questão da garantia de lazer para a nossa comunidade. É importante que seja garantido que a área da Pedreira e a área lá do Jardim Damasceno sejam garantidos como parques.

Pirituba tem doze parques. Brasilândia e Freguesia do Ó não tem nenhum parque. É impossível garantirmos uma geração saudável sem ter área de lazer. Se não garantirmos área de lazer para a nossa infância e juventude, nós as estamos condenando. Condenar nossa infância não é colocar na Fundação Casa. É condenar na primeira infância, em que não se dá direito à vida lúdica e em comunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Rodrigo Olegário.

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO – Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Rodrigo

Olegário, sou líder comunitário da Vila Icaraí. Vim pedir apoio a essa Mesa, para dar atenção a uma área que está abandonada desde 1981, tratada no projeto de lei 9.340, o Córrego Rio das Pedras.

Fiquei sabendo que essa área está empacada, porque uma parte dela foi pavimentada e a outra foi esquecida. Parece que um trecho dessa área é conhecido como patrimônio cultural na questão religiosa do Candomblé, mas só que esse espaço não existe mais hoje. Está abandonado. E parece que isso está impedindo a continuidade desse projeto que está há 34 anos parado. Esta semana fui à Secretaria de Infraestrutura Urbana, consultei o mapa e vi que até o trecho do Largo da Pretinha, o projeto foi concluído. O outro trecho que vai até a esquina da Rua Lázaro Amâncio de Barros não foi concluído. Então o meio está prejudicado.

Isso prejudica os moradores, porque não tem pavimentação, iluminação. Há crianças que saem da escola e um projeto que também poderia ajudar o fluxo do trânsito da Rua Parapuã que está insuportável. Hoje para chegar aqui levei 40 minutos. De carro dá para chegar em 10 minutos e levei 40 minutos de transporte público. Então gostaria que dessem uma atenção.

Outra questão, pensando na mobilidade urbana, um trecho da Avenida Cantídio Sampaio, aos finais de semana e também no horário de pico, é intransitável da altura do nº 1000 até o nº 3000. Em alguns dias a população desce do transporte público e vai a pé até em casa. O crescimento da população foi tão grande que não houve a preocupação em relação à via pública. Há muitos moradores, cidadãos revoltados com essa questão.

Parece também que há um projeto de desapropriação do trecho do lado direito da Cantídio Sampaio, sentido Jaraguá, para alargar essa via em nove metros e dar mais fluxo aos ônibus e aos carros.

Não sei se posso falar também com vocês sobre a questão do território, que tem um pouco a ver com a questão do solo.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pode falar.

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO – Sobre os entulhos, os pontos viciados que a nossa região tem. A Brasilândia não tem nenhum ecoponto. Isso é um absurdo. Tenho uma visita para segunda-feira, com Odair, da Amlurb, nesse trecho do Córrego das Pedras, junto com o Remi da Subprefeitura, para ver também a possibilidade, dentro desse trecho, fazer a construção do ecoponto, porque eu entendo também que há possibilidade. Conversei também com o Sr. Baquim, Presidente da Amlurb. Conversei com outros departamentos da Amlurb. Referente à questão desses entulhos que ficam nas vias públicas, atrapalhando as pessoas, como o parque da Brasilândia é uma área municipal, também poderia ser atendida a essa demanda do ecoponto, que é a Tide Sampaio. Falaram-me para eu conversar com o pessoal. De repente, há uma negociação também de ser construído dentro de um trecho da obra.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Ezequias Manoel Braceloti, do Conseg Vila TTA.

O SR. EZEQUIAS MANOEL BRACELOTI – Bom dia a todos. Já falaram aqui sobre a área AJ-08, da Rua Daniel Cerri. Quero reforçar o equipamento público, que é a UBS dentro da gleba de três mil metros para construção, mas toda a área tem, se não me engano, 34 mil metros quadrados. Então, a área é grande. Há uma ocupação dentro dessa área inclusive. Então, dentro dessa demarcação, além da UBS, estou sugerindo aqui a abertura de uma via, que vai cruzar a Daniel Cerri. Hoje a principal é a Daniel Cerri, onde está o terreno. Então, não há outra via. Então, que haja a abertura de uma via, que seja da Cantídio Sampaio até lá, ou que seja do Jardim Vista Alegre até essa altura, e o prolongamento e o alargamento da Penha Brasil, sentido Raimundo Pereira de Magalhães. Dentro dessa gleba de 34 mil metros

quadrados, além da UBS, eu estou sugerindo também outros equipamentos públicos. Hoje nós temos uma grande problemática na região. Não há somente a questão da UBS. Pode ser outra praça, uma escola, enfim, mais equipamentos públicos.

Quero também aqui me solidarizar com as pessoas que falaram sobre a questão da habitação. Eu faço parte do Conselho Gestor de Habitação PAI 4 e 5. Temos uma problemática muito grande realmente na questão da Habitação. Só em uma das ocupações que está na região que eu estou falando, há mais de cinco mil famílias. Se eu for citar as outras, os senhores vão ficar assustados. Então, é preciso realmente se criar uma política verdadeira para a área da Habitação.

Eu agradeço a oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Alexandre Moratore, nosso Subprefeito da Freguesia do Ó e Brasilândia.

O SR. ALEXANDRE MORATORE – Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer muito ao nobre Vereador Gilson Barreto, Presidente da Mesa; ao Vereador Paulo Frange, relator do projeto de lei; ao Vereador Claudinho de Souza, que conhece muito bem a região; e a Sra. Penha, pela apresentação do zoneamento da região, ao explanar esse tema e tirar uma série de dúvidas, para interarmos mais do assunto. Agradeço principalmente a toda a comunidade da Freguesia do Ó e Brasilândia, por terem enchido aqui o auditório. Estou muito feliz com a presença de todos, com preocupações e sugestões, para que sejam inseridas nesse plano de zoneamento da nossa região.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Claudinho de Souza, combativo Vereador.

O SR. CLAUDINHO DE SOUZA – Bom dia a todos. É muito bom estar aqui. Queria cumprimentar aqui a Mesa, o Sr. Alexandre Moratore, nosso Subprefeito, recém-chegado a essa região, mas jovem. Já estivemos conversando com muita determinação. S.Exa. tem aberto as portas da subprefeitura para conversarmos e tem conseguido atender algumas reivindicações. A gente entende a dificuldade da Administração, mas conseguimos ter essa relação. Independentemente dos partidos que representamos politicamente, temos conseguido ter um diálogo para tentar melhorar o nosso bairro.

O meu amigo pessoal Vereador Paulo Frange, às vezes, meu médico também, quando a coisa aperta na Câmara, corro até ele e pergunto o que tomo para melhorar.

Vereador Gilson Barreto, Presidente desta Comissão, também um amigo pessoal, companheiro de partido. Parabéns pela sua determinação, Presidente Gilson, e por fazer tantas audiências públicas sobre esse tema tão importante para a Cidade de São Paulo.

Hoje, teremos, no período da tarde, uma audiência na Casa Verde. Já estive em Perus, no Câmara no Seu Bairro, que está acontecendo lá, e a Comissão que cuida da revisão do zoneamento tem se colocado à disposição da Cidade e da comunidade, fazendo várias audiências públicas, dando a oportunidade às pessoas para se manifestarem.

Também, a Sra. Penha, que está à esquerda – cheguei após a apresentação dela, mas já foi citada pela eficiência.

E a vocês que compareceram.

Fico feliz por estar acontecendo no nosso bairro, onde tenho minha atuação mais centralizada.

Os problemas são muitos. As dificuldades do Governo em nos atender são grandes. Às vezes, fico chateado porque o Governo não prioriza algumas questões na Cidade de São Paulo, e nós, no papel de Vereadores, temos essa interlocução, através da Câmara, para manifestar a opinião dos moradores, às quais nos chegam através da rede social, das

visitas que fazem ao nosso escritório, tentando sensibilizar o Poder Executivo para que tenha um olhar carinhoso para a nossa região, principalmente, a Vila Brasilândia.

O Brasília falou com muita propriedade sobre os problemas que temos na região mais periférica.

Temos conseguido resolver alguns problemas com a ajuda da Subprefeitura. Tenho dito nas minhas falas que, às vezes, três degraus em uma escada e uma lâmpada resolvem o problema de uma porção de pessoas que passam por ali por aquela escada, e a lâmpada ilumina e dá segurança às pessoas naquela via, muitas vezes, são pessoas idosas, obesas.

Temos conseguido mais de duzentas intervenções em escadarias e vias na nossa região. São fatos pequenos que dependem da zeladoria da Subprefeitura.

Agora, realmente, é o momento oportuno para apresentar os projetos maiores, colocando a atenção que temos que ter com a continuação do Rio das Pedras, que o Olegário falou.

Realmente, há lá um templo tombado pelo patrimônio federal, por ter sido a primeira ligação da religião do Candomblé de uma determinada região da África com o Brasil. Só que, ao longo do tempo, foi abandonado. Mudaram o prédio e o descaracterizaram, colocaram um telhado de Eternit, portanto, já se encontra descaracterizado.

Acho que, com uma intervenção pública, conseguiríamos dar continuidade àquela avenida, porque teríamos uma ligação da Cantídio Sampaio melhor para o trânsito que temos na Rua Parapuã. Parte das desapropriações já foi feita e paga, mas está abandonado. Só não foi ocupado ainda porque as pessoas não conseguem acessar, visualmente, aquela região.

No mesmo trecho, houve construções inadequadas, que não deveriam ter ocorrido porque aquela área já estava desapropriada.

Então, acho que o debate é extremamente interessante.

O Sr. Subprefeito está anotando aqui todas as falas e o Vereador Paulo Frange também. Com certeza, a cada reunião, a gente chama atenção para o Poder Público, com

relação a nossa Vila Brasilândia, que realmente não tem entretenimento e nem parque.

Conseguimos fazer pequenas obras. O Metrô está acabando com três obras que eu tinha conseguido fazer, por meio de emenda orçamentária de Vereadores, que são três equipamentos esportivos. Aqui nós fizemos a pista de skate no começo da João Paulo, da Miguel Conejo. O Metrô vai derrubar. Aí conseguimos fazer uma quadra esportiva ali na Baião Parente com a João Paulo. O Metrô também vai derrubar. Conseguimos fazer um campo na Augustinho Vieira, onde estava totalmente abandonado, com arquibancada, com iluminação e com alambrado. Isso também vai ser derrubado. Então, eu tenho discutido junto à Secretaria Municipal de Transportes Metropolitanos, para nos darem algumas compensações. Já que estão derrubando, como eu vou falar para não derrubar o campo? Poderão falar: “Então, não querem o Metrô?” Então, ficamos numa situação complicada, mas, quanto ao Metrô, há um acordo. Eu tenho que voltar a tratar desse assunto, para que nos deem compensações.

Há áreas que estão sendo ocupadas na construção do Metrô, que serão devolvidas aos seus proprietários futuramente parcialmente ou totalmente, dependendo do interesse de cada proprietário. Nessas áreas, onde há um pedaço de área remanescente, que sejam feitos equipamentos voltados para o Esporte, para a Cultura e para o entretenimento dos jovens, idosos e das pessoas que moram aqui no nosso bairro.

Então, temos estado atentos a algumas coisas que poderão vir do Governo, por conta dessa permuta, mas é muito importante a participação de cada pessoa que é conhecedora dos problemas viários do nosso bairro. Nós não temos realmente alternativas para sair do bairro. Há o fundão, a Cantídio Sampaio. Há uma série de ações que já são de conhecimento do Poder Público, e essa é uma oportunidade dada pela comissão, pela Prefeitura, de a comunidade e as pessoas, de uma forma geral, estarem discutindo, para conseguirmos essas melhorias.

Parabéns, Vereadores Gilson Barreto e Paulo Frange, a Câmara Municipal, de forma geral e aos senhores que se dispuseram a vir aqui hoje discutir esse tema tão importante

no nosso bairro.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Carlos da Silva Borges, último inscrito.

O SR. CARLOS DA SILVA BORGES – Bom dia a todos da Mesa e os senhores presentes. A minha preocupação também é a parte viária. Eu moro aqui há quarenta anos aproximadamente, e tenho visto o bairro crescer, e a parte viária está parada desde os anos 80, com a gestão Reynaldo de Barros. Depois disso, a gente não vê sucesso por parte dos nossos Vereadores nessa área. Pelo contrário, até ouvi de um engenheiro da Dersa que o Sr. Kassab vetou um acesso do Rodoanel pela Avenida Inajar de Souza. Há o projeto da Dersa e S.Exa. vetou, porque tinha que ser ampliada a Avenida Inajar de Souza e a ponte da Freguesia do Ó, e, usando as minhas palavras, ninguém quer investir no bairro.

Então, no meu pensamento, tinham que trabalhar os nossos Vereadores para a zona Norte. Só comparando os anos 80 para cá, quantos quilômetros ganhou a zona Leste? E a zona Norte? Acho que podíamos motivar a Prefeitura, o Sr. Prefeito para investir na zona Norte. Podíamos ampliar a Petrônio Portella, a Lutfalla e a Inajar de Souza, criando esse acesso do Rodoanel pela Inajar de Souza. Podiam também ampliar a ponte do Piqueri, sem prejuízo da Raimundo. Eu acho que dá para trabalhar aí, comparando aí, trazendo o pessoal para investir aqui, que não quer investir no nosso bairros, mas sim fora do nosso bairro. A zona Norte não tem investido nessa área viária; está abandonada nessa parte.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Eu quero informar que existe uma pré-disposição dos Vereadores, principalmente nós, que somos comprometidos

com a comunidade. Eu sou originário de comunidade. Estou no sexto mandato na Câmara Municipal de São Paulo. A gente acompanha bem os movimentos sociais, principalmente os movimentos de moradia. Eu estou sou integrado também no movimento de moradia. Quando foi para se discutir a Lei de Zoneamento, ela foi apresentada pelo Executivo, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Então, apresentou-se o geral. Daí foi para a Câmara e lá a gente fez a discussão e votação com os Srs. Vereadores. Houve um sentimento dos Vereadores da comissão, todos que têm interesse em trabalhar com a comunidade, de a gente fazer não apenas cinco ou oito audiências públicas na Câmara, chamando o pessoal para ir lá, pois ninguém vai. Então, houve um sentimento nosso de fazer 46 audiências públicas, para que todo mundo pudesse discutir. Não é porque o Executivo mandou para a Câmara que nós vamos aceitar o que o Executivo mandou. Se os senhores referendarem que o foi para lá está certo ou não precisa mudar nada, nada será mudado, mas se precisar, tudo o que os senhores falaram, nós vamos rever e o que for possível – claro que a gente também tem limites – vai ser mudado, sem constrangimento algum.

Nós estamos, inclusive, à disposição de qualquer cidadão que ache que haja coisa errada e já escreveu e deu entrada em documentos, querendo discutir e verificar, seja do setor econômico, seja da área de moradia. Se quiserem alguma coisa, não há problema. Nós estamos à disposição para atendê-los, para verificar e tomar conhecimento melhor. É claro que já foi dada entrada a assuntos gerais. Vai ser avaliado, e não há necessidade disso; mas, se houver necessidade, nós não temos constrangimento algum, porque esse projeto é jogo aberto, é participação popular. A intenção do Plano Diretor e também do zoneamento é terra para todos, equilibrando por cima e não equilibrando por baixo. Essa é a nossa filosofia. Algumas áreas foram citadas.

O Vereador Paulo Frange vai responder algumas coisas. Hoje nós somos aqui mais árbitros, ouvindo para depois fazer análise. Já sabemos o que vai acontecer com algumas coisas. O relator, Vereador Paulo Frange, pode inclusive dar uma pincelada nisso, dando

algumas informações até antecipadas que puder. É claro que deve haver muita cautela. Está havendo a participação efetiva. Nós vamos ter os votos. Nós vamos precisar do voto dos 55 Vereadores, inclusive do Vereador Claudinho de Souza. É para isso que nós estamos tendo esse trabalho, com orgulho. Não é trabalho, é uma satisfação de a gente vir aqui e ouvi-los. O importante é isso, que os senhores vieram aqui e falaram, com a participação dos movimentos organizados. Podem falar: “O Presidente está lá e não resolve nada”. Não é bem assim. Eu já fui Presidente de sociedades e de associação. Eu sei o que é isso. O Presidente e os cabeças sofrem muito com isso, porque vão e batem. Existem tantos obstáculos. Eu vejo o Vereador Claudinho de Souza usar a Tribuna na Câmara, batendo em tantas coisas, mas parece que as coisas vão para o ar... Infelizmente é assim.

Eu quero inclusive parabenizar a todos aqui que se manifestaram, o Presidente e todos que quiseram falar. Mesmo que estivessem presentes aqui cinquenta ou cem pessoas, todos iriam falar. Não haveria problema algum. Estamos já partindo para o final. Só peço mais um pouquinho de paciência dos senhores, para a gente ouvir o Vereador Paulo Frange e depois a Sra. Penha, para fazer as suas considerações finais.

Nobre Vereador Paulo Frange, em nome da comissão, peço que V.Exa. faça o retorno.

O SR. PAULO FRANGE – Obrigado, Sr. Presidente. Bom, inicialmente eu queria dizer que nós ficamos muito felizes com essa audiência pública. As observações colocadas aqui foram todas pertinentes. Portanto, dessa audiência pública, a gente leva uma série de situações para serem estudadas. Ela está acontecendo, a cada dia que passa, para melhor. Essa é a 11ª audiência pública e, a cada audiência que passa, a gente percebe que a população está entendendo mais ainda da importância da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo; e os assuntos estão vindo cada vez com mais precisão. Isso é muito importante.

Eu vou passar rapidamente a alguns temas, porque nem tudo teve condição de ser

tratado na Câmara. Todos os senhores que tiveram protocolo pode acompanhar o que será tratado. Nada se perderá. Até agora, nós já temos 577 situações que têm que ser estudadas nas primeiras dez audiências públicas. Quem está acessando o *site* da Câmara recebe um protocolo eletrônico. Aqui não se encerra a audiência pública. Os senhores podem ficar, em casa, tranquilamente. Entrem no *site* da Câmara, entrem na Lei de Zoneamento e os senhores podem acessar o texto da lei, podem sugerir, podem entrar no mapa e podem entrar nos quadros. Então, façam as suas sugestões. Os senhores sempre vão receber um protocolo eletrônico, e ele vai ser acompanhado. Os senhores vão ter respostas disso. Aqui tudo que nós anotamos tem protocolo eletrônico. Então, portanto, quem não tiver esse protocolo eletrônico e for a uma audiência pública na Câmara e apresentar também o pedido protocolado, vai receber e quem não puder, em nenhuma das audiências e não tiver internet e for à Câmara e protocolar, na sala 213, na sala das comissões, também vai ter um número e nós não vamos perder nada.

Além disso, o Sr. Presidente determinou que todas essas audiências públicas fossem gravadas, porque obrigatoriamente têm que ser; e nós também temos alguém lá que vai estar ouvindo, para ver se não ficou fora da conversa, para que a gente trate os senhores com o maior respeito possível. Até agora, de todos os pedidos nossos, só 15% não se tratavam de zoneamento, de todos os pedidos feitos agora, mais de 700 que chegaram à Câmara. Isso é muito importante. Isso mostra que 85% das pessoas que estão participando sabem exatamente porque estão indo à comissão e estão pedindo exatamente o assunto ligado à Lei de Zoneamento.

O Sr. Ailton fez uma fala aqui muito interessante no início, lembrando o Sr. Jorge Wilhelm, daquilo que ele sempre colocou, da cidade ideal, onde a gente pode ir, voltar e fazer o nosso trabalho, convivendo a pé. Seria o ideal realmente. A Cidade de São Paulo agigantou-se ao longo dos anos. É muito difícil, e nós complementamos a fala do Sr. Jorge Wilhelm, ouvindo uma história que era do próprio professor Adib Jatene, que a Cidade também tem que ser

humana, e ela é só humana quando as pessoas podem acessar os equipamentos sociais caminhando ou quando a atividade do Governo vem caminhando à sua casa, como é o caso do Programa Saúde da Família, quando as pessoas não podem, muitas vezes, ir até o local. O atendimento domiciliar e mais o Programa Saúde da Família aproximam tudo isso, já que nós temos um grande problema na Cidade, a mobilidade urbana.

O uso misto já é previsto nas zonas de eixo. Ele está bem claro como uma forma de se utilizar bem esse terreno junto à mobilidade urbana, inclusive com faixa ativa, para que as pessoas possam ter inclusive seu comércio no próprio edifício onde trabalha ou no seu vizinho, facilitando inclusive essa sugestão que foi lembrada, do Sr. Jorge Wilhelm, que nos traz tantas boas lembranças pela história que deixou construída em São Paulo.

O Sr. Chain falou do Parque Itaguaçu. Nós vamos observar muito bem a situação do Parque Itaguaçu. Lá hoje a permeabilidade é 30%. Na zona mista ambiental, a permeabilidade é de 50%. Então, do ponto de vista ambiental, em termos de drenagem, a drenagem e a permeabilidade, no caso da zona mista ambiental, está até mais contemplada, mas como existe aqui um anseio de se manter a figura de parque, nós vamos discutir esse assunto. Existe outra sugestão aqui também com relação ao Parque Itaguaçu, e nós vamos ver pontualmente a situação do Parque Itaguaçu.

Quanto a algumas das sugestões que foram apresentadas aqui e queiramos conversar, nós vamos chamar, para que a gente possa ouvir pessoalmente, mais uma vez, para podermos corrigir os erros.

O Sr. Leandro trouxe uma situação que envolve o tombamento aqui do primeiro povoado, que dá origem à Freguesia do Ó, que é o Largo da Matriz, esse espaço tão bonito, que a resolução 46/92 do Conpresp. Isso está garantido. Independente de haver uma ZEMP, Zona de Estruturação Metropolitana Prevista, que vai adensar até perto dessa área, o raio envoltório é garantido. Esse é um projeto urbanístico. É como se fosse uma operação urbana. Aliás, não deixa de ser. Então, o Arco Tietê vai tratar isso com todo cuidado, e, com certeza,

essa área fica totalmente preservada. Portanto, o raio envoltório preserva e protege totalmente essa área, que é o único tombamento que há na região, na Freguesia do Ó e Brasilândia. Vai ser, com certeza, garantido dentro da ZEMP, que está no Arco Tietê.

O Sr. Antônio Carlos trouxe uma situação muito interessante aqui, com relação à mobilidade urbana. Essas sugestões são interessantes. A Lei de Zoneamento prioriza a mobilidade urbana, principalmente trazendo zonas de eixos previstos, zonas previstas e só serão transformadas em áreas construtivas com potencial de quatro vezes quando a obra que determinou aquela transformação tiver com o dinheiro empenhado e a obra licitada, com o início da obra assinada, portanto, autorizado. Portanto, é o primeiro que vai chegar é a mobilidade. Depois chegarão os prédios, invertendo uma lógica de que São Paulo primeiro ocupou e depois pensaram no viário. Todos reclamaram do viário aqui. O viário da Freguesia do Ó está ruim, porque nós ocupamos toda essa região aqui por quatro séculos e agora nós estamos reclamando que nós não temos saída. É verdade. Agora nós temos a responsabilidade de tentar reorganizar. Quantos pedidos de alargamento de vias vieram para cá? O Claudinho está sempre reclamando disso lá na Câmara. A gente fica preso e ilhado na região de Freguesia do Ó – Brasilândia, com dificuldade de sair. Quem chega não sai e quem está aqui não chega.

O Neimar falou em relação às ZEIS. Eu queria deixar muito claro para vocês que há um compromisso da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal, dos Vereadores da Câmara Municipal de cuidar muito das áreas que foram reservadas para serem ZEIS. Não vamos ficar tirando ZEIS do mapa, podem ficar tranquilos. Nós vamos, em algumas situações, com certeza, corrigir. Eventualmente, uma situação determinada não é uma ZEIS porque tinha um projeto já aprovado para aquela área. Mas quando alguém, por iniciativa da Comissão, estudar um caso e tiver que tirar 2 mil metros, com certeza vamos colocar 2 mil metros na mesma região. Lógico que, com tantas áreas, 13% do território do Município demarcado em ZEIS, isso dá 200 quilômetros quadrados – é muita área!

-, temos que aceitar que uma ou outra situação deva ser corrigida pontualmente, mas não corrigida para menor. Nós vamos cuidar disso, essa é uma responsabilidade que a Câmara tem, e a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente já decidiu por isso. somos sete membros e representamos sete partidos maiores da Casa. Portanto, nós temos a responsabilidade de cuidar disso, e é uma orientação do Prefeito e do Secretário Fernando Mello cuidar desse assunto com todo o carinho, não deixando que se tirem ZEIS do mapa.

A Mônica comentou sobre uma área junto à João Paulo, que ela disse ser privada. Vamos estudar isso, porque esse mapa é georreferenciado, então fica muito fácil de olhar; mas lá está demarcado como uma ZEIS, que é uma área com finalidade residencial. Mas se ela tem propriedade e se esse assunto pode ser revisto, não nos custa nada olhar o seu IPTU, o seu imóvel e analisar seu caso pessoalmente. Esse é um assunto pontual, mas muito importante. qualquer assunto de um representa, para nós, 100% de problema, porque quando um não é atendido, a perda é total para esse um. Não queremos permitir que isso aconteça com um assunto que está sendo tratado com tanto carinho, como vem ocorrendo até agora.

O Ricardo insistiu no Parque Itaguaçu, que vamos tratar da mesma forma. O assunto é pertinente, vamos observar melhor isso.

O que expôs o Almir, sobre essa área de 3 mil metros quadrados, colocada para uma unidade básica de saúde, com certeza é pertinente. Nós temos que ter uma UBS para cada 20 mil habitantes. Não resolve colocar uma “ubeessezinha” lá, temos que colocar uma UBS integral, como há no Jardim Mirim I, Jardim Miriam II e aqui na Freguesia. Isso porque a UBS integral tem resolutividade. Para um adensamento humano tão grande quanto há nessa região, não adianta colocar uma UBS que não tenha resolutividade. Portanto, vamos cuidar desse assunto com muita atenção.

Com relação à Rua Daniel Cerri, para que a gente possa trabalhar o alargamento até o CEU Paz, é pertinente, com certeza. E o fechamento do arco em cima daquela Zepam, a gente vai ter que pensar isso muito melhor para que a gente possa fazer com que vocês nos

ajudem a preservar essa Zepam. Senão, nosso verde irá embora. Agora há pouco alguém reclamou que aqui está falando verde, e está mesmo, mas não podemos permitir que as pessoas continuem invadindo só por invadir, degradando nosso verde. O papel da fiscalização é muito importante. Estamos tratando com o Prefeito Haddad para que a gente consiga, ainda neste ano, promover um concurso público para haver pelo menos 1 mil ou 1,5 mil agentes de fiscalização, fiscais urbanos no Município de São Paulo. Hoje temos menos de 400, número muito pequeno para uma cidade deste tamanho. Se a gente não tiver fiscalização, essas áreas vão continuar sendo utilizadas irregularmente, e não há lei de zoneamento que se sustente com ausência de fiscalização, uma fiscalização que inclusive acompanhe tudo de forma informatizada, com tecnologia de informação, com acompanhamento em tempo real da própria Secretaria.

O Élzio Gama achou uma situação interessante. Há uma área particular que ele entende que pode ser usada como ZEIS. Que bom. Vamos olhar isso com carinho. Queremos ver exatamente qual é o Cadlog, onde está essa área. E se é um terreno vazio, entra no conceito de ZEIS II. É muito interessante. As ZEIS I, II, IV e V têm como receber recursos. Temos hoje financiamento do Município pela Cohab, CDHU e pelo Minha Casa Minha Vida. No caso da ZEIS III, esses recursos vêm prioritariamente e preferencialmente no Fundurb, que é o dinheiro que acumula os recursos da outorga onerosa, que é vendida nos prédios que são construídos acima do tamanho que podem ser construídos utilizando-se o coeficiente máximo. Então, um terço dessa outorga onerosa cai nesse fundo para financiar as ZEIS III. Nesse caso, são as ZEIS II, e é muito interessante, porque a iniciativa privada pode investir e construir nessas áreas.

Leonor Galdino traz a mesma situação. Ela acrescenta mais dois terrenos. Que bom, Leonor, traga mesmo. Vamos observar e ver o número que identifica esse terreno, ver se ele é privado e ver se cabe o conceito de ZEIS.

O Eugênio também fala de uma área no Jardim Damasceno, de 3 mil metros. Falou

também da unidade básica de saúde. A gente percebe que é um assunto recorrente aqui, a gente já ouviu muito sobre esse assunto. O Almir e tantos outros têm insistido nisso, e o Vereador Claudinho é um apoiador dessa ideia, não tenho a menor dúvida. Do Vereador Gilson Barreto, não preciso nem falar, porque ele defende esse trabalho que a sociedade faz junto às comunidades para buscar seus equipamentos sociais.

Mais uma vez, a situação do Parque Itaguaçu foi levantada pela Gilda, e ele é georreferenciado; portanto, vamos observar exatamente o que você citou para ver se tem realmente a situação de ter algum equívoco na demarcada e eventualmente ter a possibilidade de fazer habitação de interesse social, para até 10 salários mínimos. O que observamos é que a região toda tem muito pouco, raríssimas ZEIS V, que atende a uma população de até 10 salários mínimos. A quase totalidade das ZEIS atende até 3 salários mínimos e até 6 salários mínimos, mas temos demanda na população de até 10 salários mínimos; então, temos que ter algumas demarcações para atender a essa demanda.

Foi comentada a situação de a Brasilândia não ter saída e a situação de o Rodoanel passando tão perto. A Cidade toda faz a mesma pergunta: você fica ali preso, olha o Rodoanel com os carros passando a mais de 100 km por hora e fica louco querendo ir por lá. O Rodoanel é um sistema de rodovia de configuração zero, só pode ter entrada e saída com intersecção com rodovias. Portanto, não temos como acessar por aí.

O Cícero também fala da área da Pedreira, que está demarcada como Zepam. Vamos tratar desse assunto com cuidado, pois essa área tem que ser preservada como área verde e a transformação disso em um futuro parque depende ainda de ações do Executivo e de movimentações da sociedade.

O Rui fala de novo da preservação da Zepec aqui ao lado, trata-se do mesmo assunto, muito interessante. Fala ainda da pouca cobertura vegetal da região. Na segunda-feira teremos uma audiência pública importantíssima, sobre meio ambiente e cota ambiental. Essa é a grande arma do Plano para que a gente possa qualificar os lotes que terão

construções acima de 500 metros quadrados. É muito importante participar, pois isso vai melhorar muito a qualidade da permeabilização, da vegetação e também da sustentabilidade das edificações em áreas acima de 500 metros quadrados.

Aqui, no perímetro ambiental, a maior parte deles é 9, 10, 11. São treze perímetros ambientais na Cidade, mas a maior parte deles são perímetros ambientais de solo bastante frágil.

O Fábio falou da mobilidade e insistiu na transformação da pedreira em parque.

A discussão do Rodrigo foi em relação ao ecoponto. É verdade, Rodrigo. É uma pena não haver ecoponto na sua região. suas colocações foram pertinentes, nós vamos observar isso com muito cuidado. O que podemos fazer é encaminhar isso ao Executivo, pois é um assunto pertinente.

Mais uma vez, o Ezequias falou sobre a unidade básica de saúde e do alargamento da mesma via, que é importante.

Por fim, o Carlos criticou novamente, com toda razão, o frágil sistema viário desta região.

Para encerrar, não se esquecem de que já há projeto para a Ponte de Pirituba. Ele está caminhando, e no final do ano isso já deverá ser tratado como início de obra. Quando sair a Ponte de Pirituba, tiraremos um número muito alto de veículos que passam pela Ponte do Piqueri, que não são daqui e que hoje atrapalham também a saída de vocês. Portanto, a ponte irá melhorar a qualidade do trânsito de saída desta região.

São essas as colocações. Digo a vocês, com toda a tranquilidade, que cuidaremos disso com toda a responsabilidade. A Comissão está muito bem estruturada e o pessoal, bastante atento. A gente fica muito feliz com a participação de vocês. Não deixam de participar também pela internet. Quando vocês saírem daqui e se lembrarem de algo em casa, façam outro protocolo e passem a nós para darmos continuidade a esse trabalho, que vocês receberão essas respostas em tempo real. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado, nobre Vereador. Registro a presença do ex-Vereador José Laurindo. Muito obrigado.

Doutora Penha, para suas considerações finais.

A SRA. PENHA ELIZABETH PACCA – Quero só fazer um esclarecimento para as pessoas compreenderem melhor o zoneamento e poderem participar melhor. Aílton, já ouvi você falar isto uma vez e quero repetir: o uso misto é permitido em toda a cidade de São Paulo, menos na zona estritamente residencial. Como se vê isso? No quadro 4, você vê todas as zonas e todos os usos permitidos. Se uma zona permite residência e permite o uso que você deseja, então sempre se pode somar esses dois usos. Assim, o cidadão pode, na garagem ou no primeiro andar de sua casa, fazer um comércio ou serviço se ali for permitido, e a casa em cima, ou dois pavimentos, ou três pavimentos. Isso é permitido em toda a cidade de São Paulo. Logicamente, há que se obedecer os parâmetros de uso e ocupação do solo, de recuo, de permeabilidade, de gabarito; mas o uso misto é permitido em toda a cidade de São Paulo.

Outra coisa que quero esclarecer é a questão da ZM. Qual seria a diferença entre a ZM e a Zem? Nenhuma. Todos os usos que podem em uma podem em outra, e todos os parâmetros são os mesmos. A diferença que vai ser incluída na Zem é que ela vai ter um projeto específico. Eles vão desenhar essa área para definir como deve ser a construção. Essas é a diferença.

A Zepec existe, fica mantida a Zepec na Freguesia do Ó e todos os parâmetros da resolução devem ser obedecidos sempre, independentemente do zoneamento. Aquele que for mais restritivo deve ser obedecido. Inclusive – e já adianto a vocês – existe um projeto dentro da Secretaria de Cultura de restauro do Largo da Freguesia do Ó, que está sendo muito bem encaminhado.

Outra coisa é a UBS, como o zoneamento a trata. O zoneamento define se pode ou não construir o equipamento. A UBS, em uma Zepam, é permitida, então pode ser construída uma UBS naquela Zepam.

Não existe nenhuma zona estritamente residencial, como uma pessoa disse aqui. Quando a área está em uma ZEIS, o que acontece? Nas áreas de ZEIS existe um lote mínimo que - no caso ali, é de 1 mil metros quadrados – que deve ser obedecido. Então, é obrigatoriamente para habitação de interesse social. Mas se o lote for menor, existem no quadro 4 todas as permissões de usos que podem ser praticados.

Basicamente, era isso que eu queria deixar claro para facilitar a compreensão por vocês. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Informo que às 14 horas estaremos na Avenida Deputado Emílio Carlos, 3.641, no Centro da Juventude Ruth Cardoso, realizando a segunda audiência pública de hoje, denominada Audiência Pública de Casa Verde.

Como toda segunda-feira teremos audiências temáticas na Câmara Municipal, na segunda-feira próxima, às 19 horas, teremos a audiência sobre questões ambientais, de preservação cultural e ocupação especial: Zona de Preservação e Desenvolvimento Sustentável – ZPDS, Zona Especial de Preservação Ambiental – Zepam, Zona Especial de Preservação – ZEP, Zona Especial de Preservação Cultural – Zepec, Zona de Ocupação Especial – ZOE e áreas públicas e sistema de áreas protegidas, áreas verdes e espaços livres. Todos estão convidados. Quem tiver interesse em contribuir com sugestões, façam na segunda-feira ou à tarde, na audiência de Casa Verde.

Agradeço ao Rodrigo Carvalho, Coordenador da Casa de Cultura Salvador Ligabue, que nos deu atenção especial e organizou o espaço para que pudéssemos ter hoje esta audiência pública; ao Dr. Alexandre Moratore, nosso subprefeito; à Dra. Penha Elizabeth Pacca, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, hoje representando o Secretário Fernando de Mello Franco – obrigado pela sua exposição. Agradeço ao combativo Vereador Claudinho de Souza; ao Nicolau Elito Filho, Presidente da Associação Comercial da Lapa e Região; ao companheiro e ex-Vereador José Laurindo e a todos vocês por colaborarem conosco, principalmente dentro do tempo escasso, o que é muito difícil. Vocês foram ótimos,

parabéns. Muito obrigado a todos.

Encerrada a presente audiência pública. (Palmas)